



COMPAN

## DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 359416419

Documento emitido em 30/04/2019 10:01:19.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços  
Nº 10418 | 17/04/2019 | PÁG. 64

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

COHAPAR

PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADONOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em reais)

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR fundada em 1965, é uma empresa de economia mista de capital fechado, tem por objetivo principal o planejamento e a execução de programas habitacionais em todo o Estado do Paraná, em consonância com as normas estabelecidas pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH, instituído pela Caixa Econômica Federal.

A missão da empresa é atuar de forma ampla no âmbito da habitação, buscando equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, contudo buscando soluções para toda a sociedade.

A construção de moradias populares é desenvolvida de forma coordenada junto aos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais através de convênios e investimentos diretos com recursos da própria Companhia.

## NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância à Lei das Sociedades por ações nº 6.404 de 1976 consubstanciadas nas Leis nºs 11.638/2007 e Lei nº 9.249/1995 e foram calculados com base na variação da UFIR, conjugadas com as diretrizes emanadas pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

## Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

## Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

## Reclassificação das demonstrações contábeis

Determinados saldos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reclassificados visando melhor comparabilidade com as demonstrações contábeis do período atual. O efeito da referida reclassificação está apresentado no quadro abaixo:

	Saldo em 31.12.2017		
	Balanco Publicado	Reclassificação	Balanco Reclassificado
<b>Passivo Circulante</b>	<b>34.847.407,90</b>	<b>(3.435.432,27)</b>	<b>31.411.975,63</b>
Provisões, Cauções e Convênios	29.444.165,23	(3.435.432,27)	26.008.732,96
<b>Passivo não circulante</b>	<b>339.192.501,56</b>	<b>3.435.432,27</b>	<b>342.627.933,83</b>
Obrigações Fiscais	244.073,80	4.677.756,65	4.921.830,45
Provisões Cíveis, Tributárias e Trabalhistas	4.677.756,65	(1.242.324,38)	3.435.432,27
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.660.475.175,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.660.475.175,05</b>

As referidas reclassificações não tiveram efeito no resultado do exercício reclassificado.

## Ajustes de períodos anteriores

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou a necessidade de aprimoramento dos controles e estimativas contábeis relativas, principalmente, ao registro das provisões para contingências das ações em que é parte, de tal forma que pudessem adequadamente identificar a existência de passivos contingenciais não reconhecidos anteriormente. Como consequência, os assessores jurídicos a Companhia efetuaram o levantamento e a análise do risco jurídico das ações em que a COHAPAR é parte com o objetivo de mensurar o montante das contingências trabalhistas, cíveis e tributárias que deveriam estar contabilizadas. Após análises dos resultados, obtidos através do referido levantamento e avaliação, comparando com os resultados dos exercícios anteriores, a Companhia concluiu que, após a análise do risco jurídico realizada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, havia a necessidade de contabilização do montante de R\$ 41.124.183,18 relativo à Provisão para Contingências, sendo que as trabalhistas totalizaram o montante de R\$ 16.167.023,91, as cíveis totalizaram o montante de R\$ 18.613.508,45 e as tributárias totalizaram o montante de R\$ 8.171.991,27, conforme nota explicativa número 13.

Desta forma, tomando como base as provisões contabilizadas em 31 de dezembro de 2017, conforme o relatório emitido do departamento jurídico da COHAPAR, a Companhia identificou as ações e seus respectivos valores que deveriam ser contabilizados.

Além disso, tendo em vista a natureza, a quantidade e a origem das referidas ações e uma vez que o levantamento acima mencionado foi realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2018, não foi possível mensurar o efeito da análise do risco jurídico retrospectivamente nas demonstrações contábeis dos períodos anteriores. Sendo assim, a Companhia não identificou uma metodologia que possibilitasse, com razoável segurança e de forma objetiva, a determinação dos ajustes (reconhecimento das provisões para contingências) referentes às datas e exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2018.

Assim, considerando o CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" / IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors", parágrafo 44, a Administração da Companhia decidiu por realizar o ajuste acumulado de correção do saldo das provisões para contingências, no valor de R\$ 41.124.183,18, diretamente no balanço de abertura do exercício corrente. 1º de janeiro de 2018, contra Lucros Acumulados (Patrimônio Líquido). O saldo das provisões para contingências e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, estão apresentados consistentemente nas demonstrações contábeis da Companhia. Além dos ajustes relacionados às provisões para contingências, outros ajustes se fizeram necessários e foram considerados imateriais, os quais estão apresentados no quadro abaixo:

Descrição	Ajustes de Exercícios Anteriores
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>(1.872.673,07)</b>
Reversão em saldo ajustes de exercícios anteriores	1.872.673,07
Reversão provisão para contingências trabalhistas	1.739.627,10
Provisão fiscalização	(13.264.047,47)
Constituição provisão para contingências trabalhistas	(16.192.116,14)
Constituição provisão para contingências cíveis	(23.993.533,06)
Constituição provisão para contingências tributárias	(2.678.161,08)
Convênios	(8.860,37)
Impostos a recuperar	44.092,74
Ativo Imobilizado	103.578,03
Obrigações Fiscais - LP	(18.068.872,83)
Obrigações Fiscais - CP	(4.132.795,89)
Fornecedores	(3.769,34)
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>(76.454.858,31)</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, durante o exercício de 2018, foram identificados ajustes referente a valores que deveriam ter sido reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia em exercícios passados e não foram, dentre eles: i) R\$ 3.769,34 referente ao registro na Fornecedores decorre da correção da receita de aplicações financeiras; ii) R\$ 44.092,74 na rubrica Impostos a Recupera decorre do reconhecimento de atualização de SELIC; iii) R\$ 103.578,03 na rubrica Imobilizado, é composto de R\$ 94.501,81 e R\$ 9.076,22 referentes a correção de depreciação gerada a maior no grupo "Equipamentos de Informática" e Reclassificação de Ativos anteriormente contabilizados diretamente em resultado respectivamente; iv) R\$ 41.124.183,18 refere-se ao reconhecimento de Provisões Trabalhistas; Cíveis e Tributárias e R\$ 8.860,40 pertinentes a revisão de saldos

## BALANÇO PATRIMONIAL LE

	ATIVO	
	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota 213.005.098,62</b>	<b>215.088.116,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4 93.323.656,99	106.318.164,43
Prestações a Receber	5 98.125.514,10	86.443.356,45
Clientes	190.243,24	-
Impostos a Recuperar	6 6.227.808,91	5.834.315,35
Adiantamentos	1.445.642,59	1.230.362,79
Convênios	13.469.695,94	15.034.536,46
Estoque de Materiais p/ Administração	212.874,69	227.381,10
Juros Apropriar	9.662,16	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.458.866.470,06</b>	<b>1.445.387.058,47</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.451.681.093,72	438.203.451,12
Devedores por Vendas Compromissadas	5 83.001.038,54	118.236.791,86
Custos a Apropriar	56.228.373,29	66.334.087,63
Projetos em Fase de Desenvolvimento	237.325.551,49	215.620.520,88
Depósitos Judiciais	8.499.135,91	7.783.795,21
Convênios	805.913,68	869.377,36
FCVS a Receber	7 1.065.727.902,50	1.029.358.878,18
Juros a Apropriar	93.178,31	-
INVESTIMENTOS	8 6.306.002,00	6.306.002,00
IMOBILIZADO	9 601.941,23	602.676,97
INTANGÍVEL	277.433,11	274.928,38
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.671.871.568,68</b>	<b>1.660.475.175,05</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>2.887.641,32</b>	<b>3.022.836,75</b>		
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>2.887.641,32</b>	<b>3.022.836,75</b>		
Receitas de Produção	1.061.461,62	814.520,17		
Receitas de Comercialização	958.295,14	1.117.630,76		
Receitas de Gestão de Créditos	867.884,56	1.090.685,82		
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(161.164,59)</b>	<b>(151.428,57)</b>		
Impostos e Contribuições	(161.164,59)	(151.428,57)		
PIS	(25.692,72)	(26.126,23)		
COFINS	(118.342,25)	(120.338,98)		
ISS	(17.129,62)	(4.963,36)		
<b>= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>2.726.476,73</b>	<b>2.871.408,18</b>		
<b>RECEITA COM SUBVENÇÃO</b>	<b>88.252.712,00</b>	-		
Receitas com Subvenção de Custeio	88.252.712,00	-		
<b>DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(120.795.745,27)</b>	<b>(103.299.703,43)</b>		
<b>Despesas - Desenvolvimento da Política Habitacional</b>	<b>(10.274.170,25)</b>	<b>(8.933.825,77)</b>		
Despesas de Produção	(5.658.998,14)	(3.266.672,17)		
Despesas de Comercialização	(4.021.714,25)	(4.868.053,31)		
Despesas de Gestão de Créditos	(593.457,86)	(799.100,29)		
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(110.521.575,02)</b>	<b>(94.365.877,66)</b>		
Despesas Tributárias	(6.526.271,56)	(443.754,87)		
Despesas com Materiais	(348.920,85)	(491.553,58)		
Despesas com Pessoal	(84.835.994,38)	(74.338.118,33)		
Serviços de Terceiros	(14.230.283,60)	(15.286.685,63)		
Outras Despesas Administrativas	(4.580.104,63)	(3.805.765,25)		
<b>(-) DESPESAS/ RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>25.058.978,85</b>	<b>31.264.777,37</b>		
Receitas Financeiras	36.483.872,02	37.894.531,54		
Despesas Financeiras	(2.254.569,29)	(2.790.196,40)		
Receitas de Variações Monetárias	778.472,03	9.148.543,33		
Despesas de Variações Monetárias	(9.948.795,91)	(12.988.101,10)		
<b>OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>450.028,73</b>	<b>507.822,00</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.307.548,96)</b>	<b>(68.655.695,88)</b>		
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(0,06)</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2018

ESPECIFICAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO			PREJUÍZOS	TOTAL		
		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE DOAÇÕES	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS				
<b>SALDO EM 31/DEZ/16</b>	<b>1.223.678.289,00</b>	<b>247.579.654,54</b>	<b>22.376,27</b>	<b>52.020,00</b>	<b>8.407.629,03</b>	<b>43.102,01</b>	<b>(254.067.333,49)</b>	<b>1.225.715.737,06</b>
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
REDUÇÃO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
ADIANTAMENTOS P/AUMENTO CAPITAL	-	123.137.664,77	-	-	-	-	-	123.137.664,77
DOAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	6.237.559,34	6.237.559,34
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	(68.655.695,88)	(68.655.695,88)
<b>SALDO EM 31/DEZ/17</b>	<b>1.223.678.289,00</b>	<b>370.717.319,31</b>	<b>22.376,27</b>	<b>52.020,00</b>	<b>8.407.629,03</b>	<b>43.102,01</b>	<b>(316.485.470,03)</b>	<b>1.286.435.265,29</b>
AUMENTO DE CAPITAL	370.717.319,00	(370.717.246,79)	-	-	-	-	-	72,21
REDUÇÃO DE CAPITAL	(247.829.774,00)	-	-	-	-	-	247.829.774,00	-
ADIANTAMENTOS P/AUMENTO CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DOAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
REVERSAO DE RESERVAS	8.502.751,00	-	-	(52.020,00)	(8.407.629,00)	(43.102,00)	-	-
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	(76.464.858,31)	(76.464.858,31)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	(4.307.548,96)	(4.307.548,96)
<b>SALDO EM 31/DEZ/18</b>	<b>1.355.068.585,00</b>	<b>72,52</b>	<b>22.376,27</b>	<b>-</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>	<b>(149.428.103,30)</b>	<b>1.205.662.930,23</b>

## CIRCULANTE

	Nota	47.262.471,05	31.411.975,63
Fornecedores		3.420.950,72	2.453.096,40
Provisões, Cauções e Convênios		32.985.915,94	26.008.732,96
Obrigações e Encargos		10.583.672,90	2.577.841,27
Contas a Pagar		271.931,49	372.305,00

## NÃO CIRCULANTE

		418.946.167,40	342.627.933,83
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		418.946.167,40	342.627.933,83
Instituições Financeiras	11	332.638.531,02	323.255.126,39
Obrigações Trabalhistas		3.614.835,19	11.015.544,72
Obrigações Fiscais		36.195.577,32	4.921.830,45
Provisões Cíveis, Tributárias e Trabalhistas	13	42.952.523,63	3.435.432,27
Subvenção Investimento		3.544.700,24	-

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		1.355.068.585,00	1.223.678.289,00
CAPITAL SOCIAL		1.355.068.585,00	1.223.678.289,00
RESERVAS DE CAPITAL		72,22	370.717.319,31

## RESERVAS DE LUCRO

		22.376,31	8.525.127,31
RESERVAS DE LUCRO		22.376,31	8.525.127,31

## PREJUÍZOS ACUMULADOS

		(149.428.103,30)	(316.485.470,03)
PREJUÍZOS ACUMULADOS		(149.428.103,30)	(316.485.470,03)

## TOTAL DO PASSIVO

		1.671.871.568,68	1.660.475.175,05
TOTAL DO PASSIVO		1.671.871.568,68	1.660.475.175,05

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do Exercício	(4.307.548,96)	(68.655.695,88)		
Depreciação e Amortização	200.736,65	455.868,28		
Ajustes Exercícios Anteriores	(76.464.858,31)	6.237.559,34		

## Redução/Aumento dos Ativos Operacionais

	(24.389.132,08)	(51.800.326,97)
Prestações a Receber		

de convênio: v) R\$ 18.068.872,83 deriva da somatória de R\$ 1.041.903,71 e R\$ 456.995,61 referentes ao pagamento de diferencial de alíquota de GILRAT do período de 2007 a 2008 e diferencial de FAP de 2016, além de R\$ 16.571.183,58 referente a recolhimento previdenciários de Terceiros, juntamente com o valor de R\$ 4.132.795,89 classificado como obrigações fiscais, conforme Nota Explicativa nº 14. Estes ajustes foram efetuados diretamente em Patrimônio Líquido no ano de 2018 e totalizou o montante de R\$ 76.454.858,31. Sendo assim, caso fosse possível realizar tais ajustes nos períodos anteriores a 01 de janeiro de 2.018, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2.017, seriam apresentados da seguinte maneira:

	Saldo em 31.12.2017		
	Balanco Publicado	Ajustes	Balanco Ajustado
<b>Ativo Circulante</b>	<b>215.088.116,58</b>	<b>44.092,74</b>	<b>215.132.209,32</b>
Impostos a Recuperar	5.834.315,35	44.092,74	5.878.408,09
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.445.387.058,47</b>	<b>103.578,03</b>	<b>1.445.490.636,50</b>
Imobilizado	602.676,97	103.578,03	706.255,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.660.475.175,05</b>	<b>147.670,77</b>	<b>1.660.622.845,82</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>31.411.975,63</b>	<b>17.409.473,07</b>	<b>48.821.448,70</b>
Fornecedores	2.453.096,40	3.769,34	2.456.865,74
Obrigações e Encargos	2.577.841,27	4.132.795,89	6.710.637,16
Provisões, Cauções e Convênios	26.008.732,96	13.272.907,84	39.281.640,80
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>342.627.933,83</b>	<b>59.193.056,01</b>	<b>401.820.989,84</b>
Obrigações Fiscais	4.921.830,45	18.068.872,83	22.990.703,28
Provisões Cíveis, Tributárias e Trabalhistas	3.435.432,27	41.124.183,18	44.559.615,45
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.286.435.265,59</b>	<b>(76.454.858,31)</b>	<b>1.209.980.407,28</b>
Prejuízos Acumulados	(316.485.470,03)	(76.454.858,31)	(392.940.328,34)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.660.475.175,05</b>	<b>147.670,77</b>	<b>1.660.622.845,82</b>

### NOTA 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

#### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los sem uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os recebíveis abrangem caixa, depósitos bancários à vista, prestações a receber, devedores por vendas compromissadas e FCVS a receber.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras estão registradas pelo valor histórico, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.

#### ii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos e FCVS a receber.

#### iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possuiu instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### b. Prestações a receber

Representam as prestações mensais a receber correspondentes ao saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados com mutuários, os quais são regidos pelas cláusulas estabelecidas pelo Sistema Financeiro da Habitação. Em decorrência da expectativa em obter êxito nas ações administrativas e judiciais direcionadas à recuperação de prestações vencidas e não liquidadas pelos mutuários, bem como a cobertura de garantia real de hipoteca dos bens imóveis financiados, aliado a necessidade de implementação de controles baseados na avaliação global dos atrasos não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota nº 5.

#### c. Devedores por vendas compromissadas e por contratos de financiamento

Correspondem aos valores financiados aos mutuários diminuídos dos subsídios concedidos. A atualização do saldo devedor é realizada em conformidade com os dispositivos legais vigentes, utilizando-se os índices de atualização da caderneta de poupança.

#### d. Fundo de Compensação de variação salarial (FCVS)

Compreendem os valores a receber da Caixa Econômica Federal - CEF decorrente do saldo devedor residual dos contratos de financiamentos habitacionais liquidados pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação-SFH.

#### e. Estoques

Os estoques foram valorizados ao custo médio de aquisição, e não superam o seu valor provável de realização. Constituem-se, principalmente, de material de expediente.

#### f. Terrenos

Os Terrenos compreendem glebas desapropriadas, adquiridas ou recebidas em doação para futura urbanização. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos valores de benfeitorias efetuadas. Os valores foram corrigidos até 31 de dezembro de 1995, nos termos da legislação vigente à época.

#### g. Projetos em desenvolvimento

Representam todos os custos destinados ao empreendimento, como terrenos incorporados, projetos, terraplenagem, infraestrutura, construção, além dos encargos relativos aos financiamentos obtidos para aquisição de glebas e construção dos conjuntos habitacionais.

#### h. Outros ativos Circulantes e não Circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

#### i. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações dos bens são calculadas e registradas pelo método linear, com base em taxas informadas na nota explicativa nº 9.

#### j. Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear.

#### k. Passivos circulantes e de longo prazo

São registrados por seus valores de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos ou encargos financeiros, calculados até a data do encerramento do exercício.

#### l. Contingências

Os passivos contingenciosos são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem passíveis de mensuração.

#### m. Atuação do Resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São apuradas pelo regime de competência e é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

## DOCUMENTO CERTIFICADO

### CÓDIGO LOCALIZADOR: 359446519

Documento emitido em 30/04/2019 10:02:46.

### Diário Oficial Com. Ind. e Serviços Nº 10418 | 17/04/2019 | PÁG. 65

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

Aplicações Financeiras Contas Movimento	49.668,17	52.474.466,90
Aplicações Financeiras Contas Vinculadas	80.001.738,15	32.356.366,05
	<b>93.323.656,99</b>	<b>106.318.164,43</b>

Contas bancárias com vínculo de contratos referem-se a recursos vinculados às obras em andamento, e a convênios totalizando R\$ 12.035.626,25 (R\$ 20.681.752,75 em 31.12.2017).

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de Fundo de Investimento aplicadas em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa, indexados a taxa de juros pré-fixadas, objetivando assim a garantia do rendimento.

#### NOTA 5. PRESTAÇÕES A RECEBER E DEVEDORES POR VENDA COMPROMISSADA PROVENIENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

São registrados parcelamentos a receber dos mutuários, sendo que na rubrica Prestações a Receber (curto prazo) compreendem os saldos de prestações emitidas e não liquidadas no curto prazo, considerando o período de doze (12) meses posterior a 31 de dezembro de 2018 somados as prestações vencidas e não liquidadas pelos mutuários; e na rubrica Devedores por Vendas Compromissadas (longo prazo) compreendem as parcelas com vencimentos superiores há 12 meses, assim apresentadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Prestações a Receber	98.125.514,10	86.443.356,45
Clientes - Prestação de Serviços	190.243,24	-
Devedores por venda compromissada	83.001.038,54	118.236.791,86
<b>TOTAL</b>	<b>181.316.795,88</b>	<b>204.680.148,31</b>

As rubricas representam o total das prestações mensais dos mutuários junto a COHAPAR, constituindo assim o saldo devedor do mutuário que em 31.12.2018 estavam registradas no montante de R\$ 181.126.552,64 (R\$ 204.680.148,31 em 31.12.2017).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa não está sendo constituída, tendo em vista a necessidade de serem implementados controles baseados na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos mutuários nessa situação, levando-se em consideração o histórico de recebimentos, as garantias envolvidas em cada hipótese, o conhecimento da Administração do segmento de atuação da Companhia e ainda, tendo em vista, que a carteira de mutuários é composta substancialmente da categoria de classe de baixa renda, motivando assim, o acúmulo de prestações vencidas. Nesse sentido, a Administração da Companhia está envidando esforços para mensurar a expectativa de perdas desses recebíveis para a constituição da provisão para perdas e acredita que durante o exercício de 2019, os valores serão ajustados para refletir a atual situação dos saldos a receber relacionados à sua carteira de mutuários.

A Companhia prioriza o atendimento às famílias de baixa renda, na faixa de renda de 1 a 3 salários, em sua maioria com renda de até 1 salário mínimo, tendo como foco estrito o aspecto social. Sua atuação segue as diretrizes emanadas do Governo do Estado do Paraná, no que concerne às políticas para viabilizar formas de atendimento habitacional. Essa população, por certo, é mais vulnerável à perda de renda, problemas de saúde, desarrajo familiar, dentre outros e, por conseguinte, o esforço da cobrança para manter o recebimento das prestações em dia é muito maior. À medida que o processo de cobrança administrativa se frustra e avança para a esfera judicial, o desgaste pode ser ainda maior, pois para a população que não responde às oportunidades de saneamento das dívidas, as consequências são a rescisão contratual e reintegração de posse do imóvel.

Baseado no conceito do item 10 do anexo do Pronunciamento Contábil CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, os recebíveis da Companhia reúnem características próprias, onde os contratos possuem taxas de juros e encargos financeiros inferiores aos aplicáveis para o mercado e com características próprias. Assim, a carteira de mutuários registrada nos grupos denominados prestações a receber e devedores por vendas compromissadas, não está apresentada com ajuste a valor presente. Vale ressaltar ainda que, o objeto social da Companhia é prover moradias para famílias de baixíssima renda e pouca capacidade financeira, não sendo possível até o momento mensurar os reflexos da constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nas Demonstrações Contábeis da Companhia. A composição está de acordo com o quadro abaixo:

CARTEIRA	TOTAL EM CARTEIRA			
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	2018	2017
RECURSOS PRÓPRIOS	368.709,97	268.008,84	636.718,81	830.624,59
BNH	14.728.529,14	2.624.976,18	17.353.505,32	19.461.522,35
FICAM	3.168.346,24	38.463,68	3.206.809,92	3.346.308,75
MUTIRÃO CEF	4.991.025,84	186.768,09	5.177.793,93	5.590.342,06
MUTIRÃO TESOUREIRO	2.307.135,67	173.331,20	2.480.466,87	2.668.247,61
CAIXA TESOUREIRO	14.052.162,87	1.623.021,30	15.675.184,17	25.695.304,28
CAFA CEF	5.608.458,61	459.366,28	6.067.824,89	9.275.078,50
AUTOCONSTRUÇÃO	2.665.067,12	733.452,55	3.398.519,67	4.037.618,96
CEF	4.203.317,43	969.631,98	5.172.949,41	5.771.097,25
PRÓ-MORADIA	10.837.786,32	6.386.909,08	17.224.695,40	18.920.166,88
VILA RURAL	11.343.182,68	35.987.698,28	47.330.880,96	50.669.652,71
PROCED	1.004.453,67	65.312,03	1.069.765,70	1.280.228,24
DESFAVELAMENTO	2.335.552,62	1.882.687,36	4.218.239,98	4.509.526,79
LOTES URBANIZADOS	603.092,89	75.645,78	678.738,67	726.494,17
PR. SOLIDARIEDADE	137.225,65	107.263,34	244.488,99	249.595,49
CASA FELIZ	1.417.531,23	3.672.936,44	5.090.467,67	5.475.343,57
CAFA PSH CEF	558.439,35	15.765,39	574.204,74	621.173,83
CAFA PSH PAULISTA	201.913,76	5.323,37	207.237,13	217.426,76
CAFA PSH ECONOMISA	3.048,68	-	3.048,68	3.048,68
CAFA PSH NOSSA CAIXA	412.624,82	33.064,31	445.689,13	463.006,78
CAFA PSH COHAPAR	1.847.169,33	212.043,99	2.059.213,32	2.330.820,24
CAFA PSH N. CAIXA RURAL	494.506,58	9.533,57	504.040,15	520.923,83
CAUÇÃO RESOLUÇÃO 460	321.986,18	25.816,43	347.802,61	407.668,73
CAFA PSH CEF RURAL - MPA	111.883,62	-	111.883,62	111.787,02
CAFA RURAL PRÓPRIO	91.922,93	245.602,45	337.525,38	340.479,62
RESOLUÇÃO 460 OBRA	2.020.518,22	64.778,16	2.085.296,38	2.364.834,55
REF. FUNDIÁRIA VILA ZUMBI	8.470.277,38	18.745.888,86	27.216.166,24	26.802.301,27
PSH COHAPAR OBRA	329.673,99	18.336,41	348.010,40	379.806,41
PROG CF FNHIS	3.469.871,75	7.728.211,44	11.198.083,19	11.050.296,37
PROG ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	20.099,56	236.807,76	256.907,32	-
SALDO PARALELO	-	404.393,99	404.393,99	559.422,02
<b>SOMA</b>	<b>98.125.514,10</b>	<b>83.001.038,54</b>	<b>181.126.552,64</b>	<b>204.680.148,31</b>

#### NOTA 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se, substancialmente, ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras do exercício e de exercícios anteriores que são compensados no decorrer do exercício com outros impostos federais incidentes sobre as operações da Companhia e estão compostos da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
<b>S/ Aplicações Financeiras</b>	<b>6.187.793,76</b>	<b>5.804.416,97</b>
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.431.954,93	2.432.806,63
IRRF S/ APLIC FINANC - 2014	1.120.090,50	1.047.279,21
IRRF S/ APLIC FINANC - 2015	552,98	458.760,49
IRRF S/ APLIC FINANC - 2016	447.900,26	476.373,54
IRRF S/ APLIC FINANC - 2017	1.389.197,10	1.389.197,10
IRRF S/ APLIC FINANC - 2018	798.097,99	-
<b>S/ Recolhimentos Mensais</b>	<b>40.015,16</b>	<b>29.898,30</b>
S/ IRPJ	7.270,28	2.131,38
COFINS	20.065,33	17.817,91
PIS FAT. A RECUPERAR	4.292,22	3.805,30
CSLL RETENCAO A RECUPERAR	8.332,33	6.088,71
INSS A RECUPERAR	55,00	55,00
	<b>6.227.808,92</b>	<b>5.834.315,27</b>

#### NOTA 7. FCVS A RECEBER

OFCVS - FundodeCompensação de Variações Salariais foi criado pela Resolução nº 25, de 16/jun./67, do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação - BNH e ratificado pela Lei nº 9.443, de 14/mar/97. Com a extinção do BNH, a gestão do FCVS foi transferida para a Caixa Econômica Federal.

O FCVS tem a finalidade de cobrir eventuais saldos devedores de mutuários ao final dos prazos de financiamento, que serão ressarcidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, ou até mesmo antes término do financiamento, mediante liquidação com 50% de desconto, transferência com 30% de desconto e novação com 30%, 70% ou 100% de desconto nos contratos com cobertura. Em 31.12.2018, o montante é de R\$ 1.065.727.902,50 (R\$ 1.029.358.878,18 em 31.12.2017).

A composição por habilitados e a habilitar perante a Caixa Econômica Federal é a seguinte:

Descrição	2018	2017
<b>Habilitados</b>		
FCVS - Relatório AF 01	257.318.053,06	266.271.392,09
FCVS/CEF - Relatório AF 01	32.422.015,81	32.120.277,13
FCVS - Lei nº 10.150	469.619.132,67	454.343.581,73
Tesouro Nacional	26.952.850,66	27.063.470,96
Tesouro Nacional - Lei nº 10.150	66.273.567,55	63.988.752,19
CEF	91.006,20	88.250,19
<b>TOTAL DE HABILITADOS</b>	<b>852.676.625,95</b>	<b>843.875.724,29</b>
<b>A Habilitar</b>		
FCVS - Relatório AF 01	40.905.505,49	53.139.470,04
FCVS/CEF - Relatório AF 01	2.330.987,76	3.279.849,74
FCVS - Lei nº 10.150	22.104.600,53	23.677.005,87
Tesouro Nacional	3.163.007,90	6.094.805,97
Tesouro Nacional - Lei nº 10.150	3.057.964,02	3.393.252,25
Valores a Reclassificar	141.426.113,95	95.898.770,02
<b>TOTAL A HABILITAR</b>	<b>212.988.179,65</b>	<b>185.483.153,89</b>
<b>Negados e/ou liquidados</b>		
FCVS vencidos/negados	63.096,90	-

## DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 359466619

Documento emitido em 30/04/2019 10:03:20.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços  
Nº 10418 | 17/04/2019 | PÁG. 66

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

O saldo da indenização dos programas de incentivo a aposentadoria em 31.12.2018 importa em R\$ 10.830.873,67 (dez milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e sete centavos)

**NOTA 13. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS**

Como resultado da implementação do controle de processo e levantamento das ações em que a Companhia é parte, durante o exercício de 2018 foi possível registrar a estimativa para perdas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias em torno de R\$ 41.124.183,18. Porém, pelo montante de ações ainda serem significativos, está em andamento o processo para identificação e análise de probabilidade de cada uma das ações impetradas contra a COHAPAR, sejam estes processos de natureza tributária, trabalhista, cível ou contencioso administrativo.

As provisões foram atualizadas até o encerramento do exercício pelo montante estimado de perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião do corpo jurídico da companhia. Consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos a Administração da Companhia manteve provisionado no exercício de 2018, o montante de R\$ 42.952.523,68 (Quarenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e oito centavos) referente a contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.

Sua composição está disposta conforme quadro abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Provisões Trabalhistas	16.167.023,91	3.435.432,27
Provisões Cíveis	18.613.508,50	
Provisões Tributárias	8.171.991,27	
<b>Total</b>	<b>42.952.523,68</b>	<b>3.435.432,27</b>

**NOTA 14. PARCELAMENTO DE DEBITOS**

A companhia sofreu atuação da Receita Federal, encartada no processo administrativo fiscal nº 13.984.720732/2016-19, cujos os débitos referem-se a contribuições de terceiros incidentes sobre a folha de pagamento do período de janeiro 2012 a dezembro 2014.

Após várias tratativas, sem sucesso, coordenadas pelo departamento jurídico no intuito de reverter a atuação, a Administração da companhia deliberou o parcelamento do débito junto a Secretaria da Receita Federal, para o já referido período cujo montante importa em R\$ 20.468.787,61, bem como o parcelamento dos débitos análogos para os períodos de janeiro de 2015 a março de 2018, cujo o montante representa R\$ 16.929.151,80.

Os débitos encontram-se classificados no Balanço Patrimonial conforme quadro abaixo:

Obrigações e Encargos - Curto Prazo	7.807.900,52
Obrigações Fiscais - Longo Prazo	29.835.231,05
<b>Total</b>	<b>37.643.131,57</b>

**NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Capital Social equivale ao valor de R\$ 1.355.068.585,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões, sessenta e oito mil e duzentos e oitenta e cinco reais), tendo sido alterado por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas que autorizou a integralização dos valores recebidos do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2014 a 2016, no montante de R\$ 370.717.319,00 (Trezentos e setenta milhões, setecentos e dezessete mil e trezentos e dezesseis reais), a reversão das Reservas de lucro no montante de R\$ 8.502.751,00 (Oito milhões quinhentos e dois mil e setecentos e cinquenta e um reais), bem como a absorção dos prejuízos acumulados dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Anteriormente importava em R\$ 1.223.678.289,00 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, seiscentos e setenta e oito mil e duzentos e oitenta e nove reais). Está composto por 1.355.068.585,00 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País.

**NOTA 16. RECEBIMENTOS SUBVENÇÃO**

A Companhia na qualidade de estatal dependente, de acordo com a Lei Complementar 101/2000 recebeu do Governo do Estado, durante o exercício de 2018, recursos financeiros para seu custeio e despesa de pessoal.

Os recursos recebidos para investimentos encontram-se demonstrados no Balanço Patrimonial à conta de "Subvenção de Investimento".

**JORGE LUIZ LANGE**

Presidente

**PAULO DE CASTRO CAMPOS**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**PRECILA COELHO CHELLA**  
DELOWSKI  
Contadora CRC/PR 57.309/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS**

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da  
**COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR**  
Curitiba - PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Conforme Nota Explicativa às Nossas demonstrações de auditoria demonstrações contábeis número 13, em incluíram, entre outros: (a) a obtenção e 31 de dezembro de 2018, a Companhia leitura de correspondências e relatórios apresenta provisão para contingências dos assessores jurídicos da Companhia; (b) indagação à Administração sobre ações em que é parte, cujos processos (b) indagação à Administração sobre são de natureza tributária, trabalhista, natureza e riscos que envolvem as cível ou contencioso administrativo, no principais ações que a Companhia é montante de R\$ 42.952.523,68, sendo parte; e (c) análise das divulgações que desse montante R\$ 41.124.183,18 realizadas nas notas explicativas das foi contabilizado durante o exercício de demonstrações contábeis.

2018. Além disso, avaliamos o desenho, Devido à relevância, complexidade e implementação e a efetividade dos julgamento na avaliação, mensuração controles internos chave existentes e divulgação das Provisões e Passivos relacionados à determinação das Contingências e ao impacto que o montante estimativas para provisionar ou divulgar envolvido poderá ter nos resultados dos os valores em conformidade com Companhia se as potenciais exposições expectativa de perdas dos litígios e nestas causas forem materializadas, à forma de garantir a integridade e consideramos esse assunto relevante atualização da classificação de risco pela para a nossa auditoria. Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores do nosso processo de auditoria em função de contingências divulgadas, por meio do potencial risco relacionado a certas da análise dos critérios e premissas demandas. Adicionalmente, a avaliação utilizados para mensuração dos valores desses processos inclui julgamento provisionados e/ou divulgados e que significativo pela Administração, levaram em consideração as avaliações suportado por seus assessores jurídicos, preparadas pelos assessores jurídicos principalmente no que diz respeito à internos da Companhia.

Classificação desses processos como Avaliamos as premissas utilizadas pela um passivo contingente ou como uma Companhia, obtendo uma amostra de processos, e, com suporte de confirmação de saldos com assessores internos e passivo contingencial, no valor de R\$ externos, analisamos a probabilidade de 39.517.091,36, foi registrado no balanço ganho ou perda avaliando a classificação de abertura do exercício corrente, uma de risco considerada pela Companhia vez que, devido a deficiências de controle baseada no mérito das causas e existentes na área, o volume e natureza informações e atualizações publicadas das ações, bem como a impossibilidade recentemente relativas ao andamento de mensuração do montante a ser dos processos. contabilizado relativo aos exercícios Adicionalmente, avaliamos quanto à anteriores, a Administração concluiu ser adequação das divulgações efetuadas impraticável determinar, com razoável nas demonstrações contábeis em relação segurança e de forma objetiva, os efeitos aos litígios provisionados e aos passivos referentes ao exercício comparativo contingentes. de 2017, bem como aos exercícios anteriores.

**Porque é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

**Subvenções Governamentais (Nota 15 às demonstrações contábeis)**

Chamamos a atenção para às Avaliamos a consistência entre a política demonstrações contábeis, que indica que contábil, relacionada com o registro das a Companhia vem incorrendo de forma Subvenções Governamentais Realizadas sistemática em prejuízos até o exercício e a Realizar/Executar recebidas durante o findo em 31 de dezembro de 2018. O saldo exercício de 2018, e se os procedimentos de prejuízos acumulados, após aumento contábeis foram aplicados de acordo com e redução do capital durante o exercício as normas brasileiras e internacionais de de 2018 por meio da integralização dos contabilidade.

Adiantamentos para Futuro Aumento Realizamos testes para validar se o de Capital - AFAC's, registrados no REGIME DE COMPETÊNCIA estava Patrimônio Líquido no montante de sendo observado; se a receita de R\$ 370.717.246,79, da absorção de subvenção governamental estava parte dos prejuízos acumulados no reconhecida ao longo do período montante de R\$ 247.829.774,00, os necessário e se esta foi confrontada com ajustes de exercícios anteriores no as despesas correspondentes. montante de R\$ 76.464.858,31 e o Também analisamos se as receitas não prejuízo do exercício no montante de estavam sendo reconhecidas no momento R\$ 4.307.548,96, totalizou em 2018 o de seu recebimento, uma vez que, em montante de R\$ 149.428.103,30, relação às subvenções para investimentos

Ademais, conforme nota explicativa a Companhia necessita cumprir regras número 15 às demonstrações contábeis, a previamente estabelecidas para realizar o partir do exercício de 2018, a Companhia reconhecimento dessa receita.

na qualidade de empresa dependente Ademais, realizamos uma análise da do Governo do Estado do Paraná, correlação entre o reconhecimento da passou a integrar o Orçamento Fiscal do receita de subvenção, em confronto com Estado do Paraná, estando vinculada à as despesas/custos correspondentes, e Secretaria de Estado do Planejamento e se as eventuais diferenças foram mantidas Coordenação Geral - SEPL, cujos valores em conta específica "Subvenções relacionados aos repasses para custeio Governamentais a Realizar" (Subvenção que anteriormente eram contabilizados para Investimento) no Passivo, de acordo com Adiantamento para Futuro Aumento com as práticas contábeis adotadas no de Capital - AFAC, no montante de R\$ Brasil e as normas internacionais de 88.252.712,00, foi contabilizado como

Receitas com Subvenção de Custeio no resultado do exercício de 2018. As subvenções para investimentos foram mantidas em conta específica no Passivo Não Circulante e totalizaram o montante de R\$ 3.544.700,24.

Conseqüentemente, a continuidade normal das atividades da Companhia está condicionada ao recebimento desses aportes por parte do Governo do Estado do Paraná.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera-se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Curitiba, 26 de março de 2.019.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 3.942/O-6  
CVM 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila  
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ  
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze  
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0

# Sistema de Publicações Oficiais.

## Mais segurança ao cidadão paranaense.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

